

# AV A L

Revista Avaliação de Políticas Públicas

JULHO/DEZEMBRO • VOL. 6 • Nº 20 • 2021



# AVAL

Revista Avaliação de Políticas Públicas

Volume 6 | Número 20 |  
Julho/Dezembro de 2021 | ISSN: 2176-9923

## Universidade Federal do Ceará

### Reitor

Prof. José Cândido Lustosa  
Bittencourt de Albuquerque

### Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

### Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Pró reitor: Prof. Jorge Herbert Soares de Lira

### Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Prof.<sup>a</sup> Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

### Pró-Reitoria de Extensão

Prof.<sup>a</sup> Elizabeth De Francesco Daher

### Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Prof. Marcus Vinicius Veras Machado

### Pró-Reitoria de Graduação

Prof.<sup>a</sup> Ana Paula de Medeiros Ribeiro

### Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

### Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque

## Centro de Ciências Agrárias

### Diretora

Prof.<sup>a</sup> Sônia Maria Pinheiro de Oliveira

### Vice-Diretor

Prof. Alexandre Holanda Sampaio

### Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP)

### Coordenador

Prof. Fernando José Pires de Sousa

### Vice-Coordenador

Prof. Gil Célio de Castro Cardoso

### Secretaria

Karla Maia Vieira

### Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP)

### Coordenadora

Prof.<sup>a</sup> Alba Maria Pinho de Carvalho

### Vice-Coordenador

Carlos Américo Leite Moreira

### Secretaria

Vânia Maria Fraga Pereira

## Revista Avaliação de Políticas Públicas – AVAL

### Editores

Alcides Fernando Gussi  
Carlos Américo Leite Moreira  
Gil Célio Cardoso  
Leila Maria Passos de Souza Bezerra

### Obra da Capa

*Sem Título*  
Antônio Bandeira

### Fotografia

Pedro Humberto

### Agência NIC – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

### Atendimento

Antonio Thé  
Thomas Fernandes

### Direção de Arte

Ivan Canhamello

### Diagramação

Ivan Canhamello  
Pedro Felinto

### Gestores

Prof.<sup>a</sup> Alessandra Marinho Bouty  
Prof. Diego Henrique Paiva

Volume 6

Número 20

Julho/Dezembro de 2021

ISSN: 2176-9923

## Sumário

- 6** Editorial
- 10** Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas  
**Francisco Anderson Carvalho de Lima**  
**Alcides Fernando Gussi**
- 36** Avaliação do desenho das políticas de desenvolvimento das capitais brasileiras: endogeneidade e governança  
**Luciana Leite Lima**  
**Luciano D’Ascenzi**
- 64** Programa minha casa minha vida: uma avaliação de políticas públicas numa perspectiva de cidadania  
**João Victor Moura Lima**  
**Beatriz Medeiros Fontenele**  
**Ana Emília da Silva Couto**  
**Brunno Costa do Nascimento Silva**
- 86** La Agenda 2030 y la evaluación en las Naciones Unidas: Una oportunidad para repensar los criterios del Comité de Ayuda para el Desarrollo de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico?  
**María Eugenia Brissón**
- 108** Desafios e perspectivas dos indicadores na Agenda 2030 brasileira  
**Daniel Neto Francisco**  
**Lamounier Erthal Villela**
- 132** A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos: atores, contextos e quadros normativos  
**Ramão Correa**  
**Marília Patta Ramos**
- 158** O lugar da meta-avaliação na gestão de políticas públicas  
**Jackson De Toni**
- 188** Implementação da Reforma da Previdência Social em 2019: limites e avanços das mudanças no Brasil  
**Marcela Machado**  
**Géssica Lane Dutra Filgueira**  
**Felipe Portela Bezerra**

## EDITORIAL

Em meio ao fim de um ano que se encerra com tantas incertezas sanitárias, políticas e econômicas no país, editamos mais um volume da AVAL. Seguindo a nossa proposta de contribuir para o fortalecimento do campo da avaliação de políticas públicas, reunimos artigos que articulam reflexões teórico-metodológicas e resultados de avaliações de programas e políticas públicas, produzidas por pesquisadores de diferentes localidades e áreas de conhecimento.

Abrimos o volume com o artigo “Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas”, de Francisco Anderson Carvalho de Lima e Alcides Fernando Gussi (ambos da Universidade Federal do Ceará – UFC). Em parceria editorial firmada com a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas - ANEPCEP, trata-se de artigo advindo de comunicação premiada no IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCP, ocorrido virtualmente em setembro de 2021. O artigo constitui uma reflexão teórica acerca do campo da avaliação, sustentando uma aproximação analítica com temáticas contemporâneas (subalternidade, racialidade, descolonialidade) a fim construir epistemologias críticas emergentes e contra hegemônicas na avaliação, numa perspectiva aderente à nossa proposta editorial: a de abrir espaços para novos enfoques políticos e epistêmicos de avaliação.

Na sequência, dois artigos articulam a avaliação de programas e políticas públicas à participação em cidades e territórios. O artigo “Avaliação do desenho das políticas de desenvolvimento das capitais brasileiras: endogeneidade e governança”, de Luciana Leite Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) e Luciano D’Ascenzi (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS) considera, analiticamente, noções contemporâneas de desenvolvimento endógeno e governança para avaliar o desenho de políticas públicas de desenvolvimento local de 14 capitais, entre os anos 2017 a 2018, a revelar suas incongruências e fragilidades, no que tange a dimensões de equidade, sustentabilidade e participação. O artigo “Programa minha casa minha vida: uma avaliação de políticas públicas numa perspectiva de cidadania”, escrito por um conjunto de autores/as, João Victor Moura Lima, Beatriz

Medeiros Fontenele, Ana Emília da Silva Couto e Brunno Costa do Nascimento Silva (todos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN), traz resultados de uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida realizada nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz, na Região Metropolitana de Natal, em que articulam resultados associados à dimensão da cidadania e às práticas de controle social nesses municípios.

Dois artigos deste volume tratam de critérios de avaliação e a construção de indicadores no âmbito da Agenda 2030. María Eugenia Brissón (Universidad Nacional de Lanús, Argentina), no artigo “Agenda 2030 e a avaliação nas Nações Unidas: uma oportunidade para repensar os critérios do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico?”, investiga, criticamente, o papel das Nações Unidas no tocante à condução de processos avaliativos, no período de 2016 a 2019, centrando na análise dos critérios de avaliação adotados, sobretudo quanto à questões relacionadas aos direitos humanos, ausentes nesses critérios. No artigo “Desafios e perspectivas dos indicadores na Agenda 2030 brasileira”, de Daniel Neto Francisco e Lamounier Erthal Villela (ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ), debatem acerca da Agenda 2030 no país, analisando os desafios para a construção de indicadores nos contextos subnacionais, como o brasileiro.

Seguidamente, em “A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos: atores, contextos e quadros normativos”, Ramão Correa e Marília Patta Ramos (ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) vinculam a avaliação, sob uma abordagem analítica baseada na perspectiva *bottom Up*, a dimensões da implementação de políticas públicas de assistência estudantil em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia gaúchos, a partir de 2011, atentando para atores, contextos e enquadramentos legais nos seus resultados e análises.

O artigo de Jackson De Toni (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), “O lugar da meta-avaliação na gestão de políticas públicas”, utiliza instrumentos analíticos da meta-avaliação, com o intuito de provocar uma reflexão sobre a qualidade do processo avaliativo, a partir de uma análise de avaliações já realizadas sobre Programa “Brasil Mais Produtivo”, implementado pelo Governo Federal em 2016, no âmbito do desenvolvimento de sua política industrial.

O volume termina com o artigo o “Implementação da reforma da previdência social em 2019: limites e avanços das mudanças no Brasil”, de Marcela Machado, Géssica Lane Dutra Filgueira e Felipe Portela Bezerra (todos da Universidade de Brasília – UNB), no qual os autores procuram investigar até que ponto a avaliação *ex ante* de políticas públicas foi adequadamente utilizada na implementação das mudanças na política pública de Previdência Social a partir de 2019, realizando uma análise criteriosa de estatísticas oficiais selecionadas com o intuito de verificar a compatibilidade entre os objetivos previamente estabelecidos e os resultados esperados da nova política de previdência no país.

Ressaltamos que os artigos deste volume, em seu conjunto, ainda que apresentem temáticas distintas, remetem para um progressivo avanço analítico quanto à articulação de aportes conceituais (racialização, descolonialidade, desenvolvimento, participação, cidadania, direitos humanos, implementação, meta-avaliação) aos resultados das avaliações substantivas realizadas. Deixemos, contudo, que os leitores/as se certifiquem, por meio dos artigos, o crescente adensamento epistêmico e político do campo da avaliação de políticas públicas. Por ora, como editores, salientamos que este volume da AVAL, mais uma vez, ao acolher distintas perspectivas epistêmicas, contribui, como veículo editorial de referência na divulgação científica de pesquisas nacionais e internacionais, para o consolidar estudos, reflexões e práticas da avaliação de políticas públicas.

---

**Editor-chefe**

*Alcides Fernando Gussi*

---

**Editores:**

*Carlos Américo Leite Moreira*

*Gil Célio Cardoso*

*Leila Maria Passos de Souza Bezerra*